

Agentes, formações profissionais e trajetórias sociais: notas sobre os integrantes do Conselho de Administração (CAAd) da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) entre 1998 e 2002

Marcus Roberto de Oliveira¹

Resumo: Em conjunturas que envolvem o planejamento, a implantação e a execução de serviços de água e esgoto numa dada região, a mobilização de inúmeros agentes sociais torna evidente a existência (e a operação) de campos sociais. Numa diversidade de agentes sociais, habitus e interesses, operam e entrelaçam-se uma significativa quantidade de campos sociais; como por exemplo, os campos político, empresarial, profissional, jurídico entre outros. Assim, nos contextos em que os serviços de água e esgoto são planejados, implantados executados e administrados, os campos sociais vigentes podem ser compreendidos enquanto subcampos componentes de um amplo campo: um campo social Água e Esgoto (AE). No intuito de compreender tal dinâmica, o presente texto buscará uma reflexão acerca das formações profissionais e das trajetórias sociais dos integrantes do Conselho de Administração (CAAd) da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) entre 1998 e 2002. Nesse intervalo, expressivos capitais foram movimentados.

Palavras-chave: CAAd da SANEPAR entre 1998 e 2002. Formações profissionais. Trajetórias sociais.

Agents, professional training and social trajectories: notes on the members of the Board of Directors (CAAd) of the Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) between 1998 and 2002

Abstract: In conjunctures that involve the planning, implementation and execution of water and sewage services in a given region, the mobilization of numerous social agents makes evident the existence (and operation) of social fields. In a diversity of social agents, habitus and interests, a significant number of social fields operate and intertwine; such as the political, business, professional, legal and other fields. Thus, in the contexts in which water and sewage services are planned, implemented, and managed, existing social fields can be understood as subfields of a broad field: a social field, Water and Sewerage (AE). In order to understand this dynamics, the present text will seek to reflect on the professional training and social trajectories of the members of the Board of Directors (CAAd) of Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) between 1998 and 2002. During this period, significant capital busy.

Keywords: CAAd of SANEPAR between 1998 and 2002. Professional training. Social trajectories.

*Recebido em 30/05/2018.

*Aceito em 04/05/2018.

¹ Bacharel em Ciências Sociais, mestre em Sociologia Política e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mr_olivei@yahoo.com.br

O abastecimento de água tratada e o esgotamento sanitário demandam uma série de elementos na efetivação de suas respectivas infraestruturas. Nesse ponto, conhecimento técnico, materiais e equipamentos, linhas de financiamento, sensibilizações ambientais entre outras questões (que variam conforme contextos e circunstâncias vigentes) são objetos importantes aos referidos ofícios, e se conectam numa diversidade de situações que expressam consensos, conflitos, interesses e poder; assim contemplando a vigência de campos sociais². Assim, a mobilização de inúmeros agentes sociais torna evidente a existência (e a operação) de campos sociais em conjunturas que envolvem o planejamento, a implantação e a execução de serviços de abastecimento de água tratada e coleta (e tratamento) de esgoto, ao movimentar significativos capitais³.

Há um constante diálogo, uma contínua interlocução entre campos e agentes sociais. Desse modo, os sistemáticos embates (bem como os lavrados acordos) que dizem respeito à detenção, à valorização, à conversão e ao intercâmbio dos capitais envolvidos (econômico, cultural, social, simbólico), podem ser compreendidos como processos que permeiam os serviços de água e esgoto. Diante de tal panorama, cada campo social envolvido apresenta interesses que predominam em suas respectivas estruturas. Nesse sentido, tais proveitos correspondem aos agentes sociais que dominam o campo em questão. Tal controle está condicionado à posse de capitais.

Em tais processos os agentes sociais são semiautônomos (ativos e passivos), incorporam e reproduzem as relações com a estrutura do campo social através dos *habitus*, ou seja: o fazem por meio de produtos coletivos que orientam suas ações; instrumentos capazes de auxiliar na reflexão acerca da relação (e da mediação) entre as sujeições sociais exteriores e a subjetividade dos agentes sociais. É justamente pelos *habitus* que os agentes sociais interiorizam valores,

² Um campo social é um espaço teórico, um microcosmo com regras próprias e relativamente autônomas, sendo tanto um “campo de forças”, uma composição que compele os indivíduos, instituições e grupos nele enredados, quanto um “campo de lutas”, em que tais agentes sociais oprimam conforme suas posições junto às relações de forças (BOURDIEU, 1996).

³ Os capitais são os recursos mobilizadores que proporcionam hierarquia à estrutura de um campo social (MATOS, 2009). Podem ser classificados como: “[...] econômico, que compreende a riqueza material, o dinheiro, as ações etc. (bens, patrimônios, trabalho)”; “[...] cultural, que compreende o conhecimento, as habilidades, as informações, etc.”; “[...] social, correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos” e “[...] simbólico, correspondente ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra etc. O capital simbólico é uma síntese dos demais (cultural, econômico e social)” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 38-39).

normas e princípios sociais que asseguram a adequação entre suas ações e a realidade social objetiva (BOURDIEU, 1996).

Portanto, o progressivo reconhecimento da necessidade dos serviços de água e esgoto (HOCHMANN, 1998) envolveu (e ainda envolve) governantes, legisladores, engenheiros, comerciantes, imigrantes, funcionários públicos e, no geral, os usuários dos serviços. Da mesma maneira, instituições (e/ou grupos) como os governos e casas legislativas (federal, estaduais e municipais), sindicatos, corpos funcionais, partidos políticos, empresas (nacionais e estrangeiras; estatais, mistas e privadas) e corporações financeiras. Há uma pluralidade de agentes sociais, habitus e interesses.

Numa diversidade de agentes sociais, habitus e interesses, operam e entrelaçam-se uma significativa quantidade de campos sociais; como por exemplo, os campos político, empresarial, profissional, jurídico, médico entre outros. Assim, nos contextos em que os serviços de água e esgoto são planejados, implantados, executados e administrados, os campos sociais vigentes podem ser compreendidos enquanto subcampos (THIRY-CHERQUES, 2006) componentes de um campo num sentido amplo, um campo social Água e Esgoto (AE).

O campo AE resulta do consenso em torno dos serviços de água e esgoto, mas paradoxalmente, apresenta-se como um espaço onde uma numerosidade de agentes sociais trava lutas conforme o modo com que os capitais envolvidos são mobilizados. Nessa contradição, a temática do poder é inerente. Assim, na complexa estrutura do campo AE, também vigora um “campo do poder” que, não sendo “um campo como os outros”, constitui-se num “espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital”, onde estão presentes “os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente”, protagonizando conflitos “sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (BOURDIEU, 1996, p. 52). No intuito de controlar os capitais mobilizados e os conflitos vigorantes, o campo do poder pode apresentar uma dupla função, pois assumirá caracteres de conservação ou transformação conforme contextos específicos.

Os serviços de água e esgoto no estado do Paraná oferecem uma interessante reflexão. Ao longo da experiência paranaense dos serviços de água e esgoto, governantes, comerciantes, legisladores, militantes, profissionais entre outros usuários dos ofícios, interagiram com empresas, instituições financeiras, partidos políticos, sindicatos entre outras organizações

(sejam governamentais ou não) (SCHUSTER, 1994). Diante desse panorama, a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), a companhia mista (que combina gestões estatais e privadas) responsável pelos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto no estado do Paraná foi fundada em 1963, “[...] com o objetivo de abrir novos horizontes no setor de saneamento, até então estrangulado e carente de recursos face às antiquadas normas adotadas” (SANEPAR, 2013, [s/p]).

O período que vai de 1998 a 2002 revela uma questão interessante acerca dos choques de interesses envolvendo o campo AE: nessa época é possível identificar que praticamente todos os conflitos emergiram a partir da remuneração dos setores privados da SANEPAR.

Sob o governo de Jaime Lerner, por meio da “Lei Estadual no. 11.963” de dezembro de 1997, o Estado do Paraná obteve a autorização para “alienar ações de sua propriedade no capital social” da SANEPAR, “desde que mantivesse o controle da companhia” (XAVIER, 2002, [s/p]). No entanto, o conservado controle estatal figurou de uma maneira contraditória naquela época, pois a regulamentação por parte do Estado era compreendida enquanto um entrave para uma almejada expansão da empresa junto ao então badalado mercado privado de ações (RIGOLON; GIAMBIAGI, 1999). Assim, em 4 de setembro de 1998, a SANEPAR tomou iniciativas no intuito de fortalecer seu setor privado, em especial o consórcio empresarial “DOMINÓ HOLDINGS S/A, da qual fazem parte o grupo francês Vivendi (hoje denominado SANEDO), a Construtora Andrade Gutierrez, o Banco Opportunity e a Copel Participações” (SANEPAR, 2003, [s/p]).

O conglomerado empresarial Dominó Holdings (ligado a interesses econômicos transnacionais) (BLOOMBERG, 2018) enquanto braço privado da SANEPAR foi sistemática e conjunturalmente favorecido:

[...] Em 4 de setembro de 1998, o Estado do Paraná, acionista majoritário e controlador da Sanepar, e Dominó Holdings S/A, acionista minoritária, celebraram um acordo de acionistas. [...] No caso, a pretexto de regular o exercício do direito de voto dos acionistas Estado do Paraná e Dominó Holdings S/A, o que se fez foi formalizar um pacto pelo qual o Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, abdicou das prerrogativas inerentes à sua condição de pessoa administrativa, e na prática tornou nenhum o poder-dever de controle decorrente de sua participação majoritária no capital social da companhia mista. [...] impôs ao Estado do Paraná a [...] os interesses da Dominó Holdings S/A em qualquer alteração estatutária relativa ao objeto social, emissão de novas ações, competência, composição e fundamento dos órgãos sociais (Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e apuração dos

resultados da Companhia (Incluindo a formação de reservas, fixação e distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio); emissão de debêntures; fusão, cisão, dissolução ou liquidação da Companhia; distribuição de dividendos em percentuais diverso do obrigatório; e remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva (XAVIER, 2002, [s/p]).

O pacto administrativo firmado empoderou o setor privado, mas as crises econômicas que se aprofundaram ao final da década de 90 (FILGUEIRAS, 2000) formaram expressivos embaraços ao desempenho da SANEPAR no mercado de ações. Nessa conjuntura, já em maio de 2002, a companhia adiou “a sua oferta global de ações preferências devido à deterioração das condições de mercado” (VALOR ONLINE, 2002 a, [s/p]). E no mês de julho do mesmo ano, a “agência de classificação de risco Moody’s colocou sob observação, para rebaixamento”, o crédito da SANEPAR junto à mercancia financeira, a “agência disse ter preocupação com a capacidade” da empresa “de executar seu planejamento estratégico, uma vez que o mercado financeiro do país” enfrentava relevantes turbulências (*Idem*).

O intervalo 1998-2002 na SANEPAR revela uma silenciosa e constante dicotomia: a ferrenha oposição entre Estado e mercado. A lógica dessa contraposição estabelece a estrutura do Estado como viciada, incompetente e raiz de todos os males: a corrupção da política. Por outro lado, o mercado, (virtuoso, moderno e justo) figura como uma espécie de redenção acerca dos “prejuízos” econômicos e morais do Estado (SOUZA, 2015). Tal referencial pode ser compreendida enquanto uma definição unilateral que camufla e naturaliza as contradições e mazelas das transações de mercado, legitimando a ideologia do “livre mercado”, a qual historicamente beneficia escancaradamente os grupos que a formularam desde os tempos escravagistas (*Idem*, 2017).

É interessante notar que, no caso da SANEPAR entre 1998 e 2002, a exploração dos serviços de água e esgoto por meio da remuneração do setor privado da companhia (liderado pelo consórcio Dominó Holdings) contemplou significativamente o fundamento da referida polarização entre Estado e mercado. Nas deliberações promovidas pela empresa, quando iniciativas desregulamentação eram almejadas pelos governos estaduais, uma série de dispositivos jurídicos foi acionada para garantir a “liberdade” dos acionistas privados, mesmos com os desequilíbrios e limitações verificadas ao final dos anos 2000. Nesse sentido, a busca pela desregulamentação pode sugerir uma almejada hegemonia privada junto ao aparelho de Estado (CAMPOS, 2014).

Assim, uma estrutura da SANEPAR merece atenção: o seu Conselho de Administração (CAAd). Conforme o estatuto da empresa, tal departamento tem a função de aprovar, deliberar e retificar iniciativas que dizem respeito à sua atuação enquanto empresa mista (público-privada) nas diversas áreas organizacionais (políticas públicas, contratações, mercado de ações, empréstimos, financiamentos, etc.), bem como eleger os diretores da companhia (SANEPAR, 2012).

O CAAd da SANEPAR, do alto dos seus crivos burocráticos, é o setor que avaliza as medidas da empresa e administra o universo dos conflitos que envolvem interesses políticos contextualmente hegemônicos. Diante dessas atribuições é possível supor que seus conselheiros operam tecnocraticamente, “pela via do planejamento” (BRESSER PEREIRA, 1977, p. 80), consolidando uma hierarquia legalmente instituída junto aos serviços de água e esgoto no Paraná.

É plausível compreender o CAAd da SANEPAR como a expressão do campo do poder acerca dos campos sociais (ou subcampos) que formam o campo social AE. Assim cabe perguntar: Quem são os agentes sociais que compuseram o CAAd da SANEPAR entre 1998 e 2002? O que fizeram além de administrarem a companhia nesse período? São oriundos de onde? Como vivem? O que representam? O que almejaram enquanto agentes do campo de poder que administra conflitos e interesses inerentes ao campo social AE?

Os conselheiros do CAAd da SANEPAR entre 1998 e 2002 podem ser identificados nos campos político (o conjunto de agentes ligados à burocracia estatal e/ou às instituições políticas), empresarial (onde estão presentes as demandas de empreiteiras com vinculação direta e/ou indireta junto à SANEPAR), profissional (funcionários de carreira na SANEPAR) jurídico (em especial, advogados e procuradores de Estado) e médico (integrantes de instituições da área de Saúde).

O campo empresarial conta com 4 conselheiros, sendo 1 também do campo político. Os conselheiros desse campo são: Ricardo Coutinho de Senna, José Carlos Irigoien Garcia, Rodrigo Bhering de Andrade e Ingo Henrique Hübner.

Ricardo Coutinho de Senna é natural de Belo Horizonte - MG, engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e um executivo de carreira (CVM, 1998, p. 16) junto A Construtora Andrade Gutierrez; empresa componente do consórcio Dominó

Holdings S/A. No currículo de Senna também constam passagens pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Grupo CCR e “Quiport - Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito - Equador (concessionária responsável pela construção, operação e gestão do Novo Aeroporto Internacional de Quito - Mariscal Sucre)” (CCR, 2018, [s/p]).

José Carlos Irago Garcia é natural de Madri (Espanha), administrador (formado pela Escola de Comércio de Vigo – Espanha e pelo The London Business School – Inglaterra) e diretor da Dominó Holdings S/A (CVM, 1998, p. 18). Garcia já exerceu cargos em diversas empresas do setor de abastecimento de água. Na Espanha, especificamente na cidade de Torrelavega, Irago esteve envolvido num escândalo de corrupção acerca “de irregularidades na gestão da empresa mista Aguator” (formada pela Câmara Municipal de Torrelavega e pela Aqualia - uma grande empresa europeia privada de gestão de águas), que era responsável pelo abastecimento de água daquela cidade entre 1999 e 2000 (ARMINIO, 2009, p. [s/p]).

Rodrigo Bhering de Andrade é formado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e “diretor de empresas ligadas ao grupo Opportunity” (COELHO, 2009, p. [s/p]). Em 2009, Andrade foi denunciado por envolvimento no escândalo de propinas e lavagem de dinheiro investigado Operação Satiagraha da Polícia Federal (PF); a qual implicava executivos do Opportunity. O conselheiro teve seu “pedido de prisão decretada, mas, juntamente com os demais executivos do Opportunity, conseguiu HC (habeas corpus) concedido por Gilmar Mendes, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) na época” (ARRUDA, 2016, [s/p]).

Entre Senna, Garcia e Andrade há uma característica em comum: os 3 são executivos ligados à Dominó Holdings S/A. que (enquanto acionista privado da SANEPAR) foi beneficiada pela “Lei Estadual no. 11.963” de dezembro de 1997 (MURARA, 1998, [s/p]).

Fechando o campo empresarial, o conselheiro administrativo Ingo Henrique Hübert também ocupou o campo político. As atuações de Hübert nos campos empresarial e político são bem marcantes. Autor do livro “A Estatal eficaz: Mito ou Possibilidade?”, Hübert é natural de Curitiba-PR, graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado na mesma área pela Universidade de Stuttgart (Alemanha) e na área de Administração pela Universidade Fontainebleau (França). Ao longo de sua carreira, Hübert ocupou vários cargos em estatais. Entre eles, vice-presidente e diretor de Recursos Humanos da antiga Telecomunicações do Paraná S.A. (TELEPAR), diretor presidente e secretário

executivo do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), diretor presidente e presidente do CAd da SANEPAR (CVM, 2000, p. 11).

Na iniciativa privada, Hübert foi diretor do Grupo Empresarial Tupi, Joinville, SC, diretor da Indústria Cerâmica Paraná S.A. (INCEPA), diretor Geral da ABS – Indústria de Bombas Centrífugas Ltda. e diretor da Câmara de Comércio Brasil Alemanha (*Idem*). Atualmente dirige suas próprias empresas, a Planning International de Engenharia e o Consorcio Powerline (CONSULTASOCIO.COM, [s/d], [s/p]), e também é Diretor de Patrimônio da AMIG (Associação Pró-Memória da Imigração Germânica) (AMIG, [s/d], [s/p]).

Em termos familiares, seus filhos (e sócios) (CONSULTASOCIO.COM, [s/d], [s/p]) Ivens Henrique Hübert e Andreas Martin Hübert são, respectivamente, advogado (graduado em Direito pela UFPR e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP) (ANDERSEN BALLÃO ADVOCACIA, [s/d], [s/p]), e engenheiro elétrico formado pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Finanças pela London Bussiness School (Inglaterra). Ivens advoga junto ao escritório curitibano Andersen Ballão (nas áreas cível, comercial, societário, investimento estrangeiro, importação e exportação, comércio internacional). E Andreas atualmente reside na Inglaterra, mas também já morou na Finlândia, na Alemanha e nos EUA (FACEBOOK, [s/d], [s/p]).

Entre 2001 e 2002, Hübert acumulou os cargos de presidente do CAD da SANEPAR, presidente da COPEL e secretário da Fazenda do Paraná. Nessa época, o conselheiro se envolveu num escândalo que “[...] deu prejuízo de R\$ 80 milhões aos cofres do Estado do Paraná. Uma empresa falida, a Olvepar, vendeu créditos do ICMS para a Copel, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ESTADO DO PARANÁ, 2008, [s/p]).

Além do caso Olvepar, Hübert também foi pivô num processo que envolveu “a viabilização de um contrato” sem licitação entre a COPEL “e a Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (Adifea)”. O contrato custou à estatal R\$ 16,8 milhões (FÉLIX, 2009, [s/p]). Hübert foi um dos signatários do “decreto 6.244/2002, que foi o instrumento legal da compensação de créditos tributários na forma proposta pela Adifea”. Diante de tal cenário, o conselheiro teve prisão decretada em 2004 (CASTRO, 2004, [s/p]).

A atuação político-empresarial de Ingo Henrique Hübert e as ligações diretas dos conselheiros Ricardo Coutinho de Senna, José Irago Garcia e Rodrigo Bhering de Andrade com a Dominó Holdings S/A são evidências de uma significativa sintonia entre os campos político e empresarial no campo AE no período 1998/2002. Tal harmonia indica o empenho do braço privado da SANEPAR em prol da exploração especulativa dos serviços de água e esgoto junto ao mercado financeiro (CVM, 2002 a, p.1-4).

Outro conselheiro que, assim como Hübert, também ocupou espaços no campo político é Giovani Gionédís. Integrando simultaneamente o campo jurídico, Gionédís é curitibano,

[...] graduado em Direito “pela Universidade Federal do Paraná em 1979. Além de ter uma atividade profissional profícua, ele serviu o Estado do Paraná em muitas funções públicas relevantes. Ele era um assessor legislativo na Assembleia Legislativa do Estado (1987/1988), Procurador-Geral de Curitiba (1989/1994), o secretário de Estado do Paraná (1995/1996), secretário-chefe da Casa Civil do Paraná (1996/1997), Paraná Secretário de Estado da Fazenda (1997/2000), Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO (1997/2000), Presidente do Conselho de Administração do Desenvolvimento Paraná Banco S/A - na dissolução (1997/2000), Presidente do Conselho de Administração da Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A (1990/2000), Presidente do Conselho de Investimentos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e do Paraná Fundo S/A - FDE (1997/2000) e Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (1997/2000)” (PEREIRA GIONÉDIS ADVOGADOS, [s/d], [s/p]).

Filho de Adelina Pereira Gionédís e Antenor Gionédís (ex-aluno do Colégio Medianeira de Curitiba e formado em Medicina pela Faculdade Evangélica do Paraná em 1971), Giovani Gionédís é casado com a advogada Louise Rainer Pereira Gionédís; que também é sua sócia no escritório curitibano de advocacia Pereira & Gionédís. Juntos possuem sociedades “em 3 (três) empresas que acumulam um capital de” R\$ 17.400.000,00 (Dezessete milhões e quatrocentos mil reais), “nos setores imobiliário, financeiro e jurídico” (CONSULTASOCIO.COM, [s/d] a, [s/p]) (*Idem*, [s/d] b, [s/p]). Entre seus sócios também está o filho do casal: Giovani Gionédís Filho; que por sua vez é casado com Natália Patrocínio (CARNASCIALI, 2010, [s/p]). Praticante de golfe (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE GOLFE, [s/d], [s/p]), Gionédís Filho é sócio de “8 (oito) empresas no estado de Paraná e de 2 (duas) em São Paulo. Suas sociedades acumulam o capital de R\$ 20.460.500,00 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta mil e quinhentos reais), “nos setores imobiliário, médico, financeiro e jurídico” (CONSULTASOCIO.COM, [s/d] c, [s/p]). A família Gionédís é sócia de Roberto Cordeiro Justus, atual prefeito de Guaratuba-PR e filho do atual deputado estadual (e também ex-

presidente da Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP) Nelson Justus (DEPUTADO ESTADUAL NELSON JUSTUS, 2015, [s/p]); ambos filiados ao partido “Democratas” (DEM)⁴.

Em 4 de setembro de 1998, enquanto presidente do CAD da SANEPAR, Giovani Gionédís (o pai) tomou iniciativas no intuito de fortalecer o setor privado da companhia por meio da Lei Estadual no. 11.963 de 1997, alienando “39,71% das ações ordinárias para a Dominó Holdings S/A” com preços abaixo dos praticados no mercado (SANEPAR, 2003, p. 1).

A trajetória de Giovani Gionédís nos campos político e jurídico contemplam suas orientações administrativas no CAD da SANEPAR entre 1998 e 1999. Já fora do CAD da SANEPAR, Gionédís esteve à frente da privatização do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) em 2000, sendo condenado, em 2008, a 4 anos e meio de prisão e 1500 salários mínimos de multa por lavagem de dinheiro. O MPF conclui que Gionédís utilizou de maneira fraudulenta a estrutura do banco para viabilizar a realização de uma doação eleitoral não contabilizada, de cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a campanha de reeleição do então governador Jaime Lerner no ano de 1998 (PEREIRA, 2008, [s/p]).

Além de Hübert e Gionédís, outros 4 conselheiros administrativos do CAD da SANEPAR também estiveram à frente de Secretarias de Estado: Miguel Salomão, José Antonio Andreguetto, Armando Martinho Bardou Raggio e Hitoshi Nakamura.

Nascido em 02/12/1938 e falecido em 09/03/2016, Miguel Salomão era natural de Curitiba, graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade do Paraná (PUC/PR), Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP) e pós-graduado em Economia Internacional pela USP. Salomão foi funcionário de carreira do Banco do Brasil (1961/1967), funcionário do Banco Central do Brasil (1967/1990), delegado do Banco Central do Brasil para os estados do Paraná e Santa Catarina (1981/1990), consultor de Política Monetária do Fundo Monetário Internacional (FMI) (1991/1994), secretário de Estado da Fazenda (1995/1997), secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (1998/2002)

⁴ Em 2014, Giovani Gionedis Filho doou R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) à campanha do deputado estadual Nelson Justus (DEM), e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) à campanha do governador Beto Richa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (MEU CONGRESSO NACIONAL, 2014, [s/p]).

e professor do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE) (1968/1998) (CVM, 1999, p. 13).

Como consultor indicado pelo FMI, Salomão teve participação importante na criação do Banco Central de Angola (LERNER, 2016, [s/p]), a ponto de garantir que seus filhos Miguel Salomão Júnior (advogado com o OAB 267795SP e mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR) e Fabio Salomão fossem nomeados consultores do Ministério de Finanças do Governo de Angola em 2011 (AUDICONTA ANGOLA, 2013).

Juntamente com seu filho Fábio, Miguel Salomão esteve envolvido no escândalo acerca da privatização do BANESTADO (FETEC_PR, 2013, [s/p]). Em 2004, Salomão foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) (CASTRO, 2004 a, [s/p]). No mês de setembro, “o MPF, em duas ocasiões, denunciou outras 72 pessoas, entre doleiros e empresários, por crimes contra o sistema financeiro”. Nessa peça, “os ex-presidentes do Banestado Domingos de Tarço Murta Ramalho e Manoel Campinha Garcia Cid, o [...] Giovani Gionédís, e o ex-secretário de Estado da Fazenda, Miguel Salomão” foram denunciados (GERON, 2011, [s/p]).

O conselheiro José Antonio Andreguetto também é natural de Curitiba, graduado em Economia pela UFPR. Em seu currículo constam passagens na direção de transportes da Urbanização de Curitiba S/A (URBS), na presidência do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (na qual foi secretário estadual na segunda gestão de Jaime Lerner), no Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (CONESA) e no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Também presidiu o Conselho de Administração do IAP, o Conselho de Administração da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) e o Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense (COLIT). Atualmente é presidente da URBS na vigente gestão de Rafael Greca de Macedo, do Partido da Mobilização Nacional (PMN) (PEREIRA; OLIVEIRA, 2017).

Andreguetto esteve à frente da desativação do aterro da Caximba, na periferia de Curitiba-PR (BOREKI, 2010, [s/p]). E no ano de 2011 foi chefe de gabinete do então prefeito de Curitiba-PR Luciano Ducci, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Quando Ducci se elege deputado federal nas eleições de 2014, Andreguetto segue para Brasília e assume a chefia de seu gabinete na Câmara Federal (CAMPANA, 2011, [s/d]). Também filiado ao PSB, o atual

presidente da URBS chegou a ser cogitado para o cargo de vice-prefeito da capital paranaense na chapa de Greca de Macedo nas eleições de 2016 (MORAIS, 2016, [s/d]). Mas a vaga acabou ocupada por Eduardo Pimentel Slaviero (PEREIRA; OLIVEIRA, 2017).

Em termos familiares, Jose Antonio Andreguetto é filho de do advogado Christiano Osvaldo Andreguetto, falecido em 2 de abril de 2017 (TRIBUNA DO PARANÁ, 2017, [s/p]). Christiano assumiu cargo comissionado na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em abril de 2007, no segundo governo de Roberto Requião, do antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (PARANÁ, 2007), e foi casado com Elizabete Maria Neiva Negrão (RADAR OFICIAL, 2014, p.429), madrastra do conselheiro.

Outros membros da família Andreguetto estão presentes no funcionalismo público direta e indiretamente. Carlos Alberto Andreguetto (talvez irmão, primo ou sobrinho de José Antonio Andreguetto) é executivo da empresa Solis Tecnologia Ltda. e foi indiciado por peculato, formação de quadrilha e falsidade ideológica em investigação da Operação Sinapse da PF; que apurava desvios de recursos do Instituto Federal do Paraná (IFPR) em 2013 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013). Carlos é casado com Monica Utri Andreguetto (FACEBOOK, [s/d] a, [s/p]), que já trabalhou na Prefeitura de Curitiba (*Idem*, [s/d] b, [s/p]). O filho do casal, Renan Utri Andreguetto é funcionário do IAP. Rafael Andreguetto (*Ibidem*, [s/d] c, [s/p]) é sobrinho de Carlos e Monica. Rafael é consultor na área de Turismo vinculado à empresa RCL Planejamento e já prestou serviços na Secretaria Estadual de Esporte e Turismo (SEET). “Atualmente é Diretor Executivo da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR LITORAL)” (RCL, [s/d], [s/p]). Matrimoniou-se com a advogada Luciana Maria Negrão Gandra, filha de Elizabete Maria Neiva Negrão Andreguetto. Luciana é atualmente coordenadora de projetos da Fundação Araucária e já trabalhou nos escritórios Bettega, Mafra & Sperandio Advogados e Abdala, Brandalize & Gandra Advocacia (FACEBOOK, [s/d] d, [s/p]).

Integrante dos campos médico e político, Armando Martinho Bardou Raggio é natural de Itapetininga-SP e formado em Medicina pela UFPR. Raggio também é mestre em Bioética pela Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, especialista em Economia da Saúde pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Saúde Pública pela USP e doutor em Políticas Públicas de Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (ESCAVADOR, 2018, [s/p]).

O currículo de Raggio é vasto tanto no campo médico, quanto no campo político. Ao longo de sua carreira já foi diretor de divulgação da Associação Paranaense de Médicos Residentes (1977-1978), diretor de Saúde do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Curitiba (1979/1983), diretor geral do Hospital Universitário de Brasília (2012), diretor executivo da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) (desde 2015) e médico legista no Instituto Médico Legal (IML) (desde 1982). Também já exerceu os cargos de assessor da Vice-Reitoria da UFPR - Projeto Centro de Articulação Docência-Serviço (1987), gerente geral de Assistência Integral a Saúde – Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda-RJ (1988), assistente de Direção do Centro de Apoio ao Desenvolvimento das Ações Integradas de Saúde - Secretaria da Saúde de São Paulo (1989), assistente de Direção da Coordenadoria dos Institutos de Pesquisa - Secretaria da Saúde de São Paulo (1990) e professor auxiliar de Ensino da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) nas disciplinas: Patologia Geral e Saúde Coletiva (1991) (CVM, 2001, p. 14).

Na sua trajetória pela administração pública, além de conselheiro do CAd da SANEPAR, Raggio foi Secretário Municipal de Saúde de Curitiba (1992/1994), presidente do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba-PR (1992/1994), presidente da Associação Paranaense de Secretários Municipais de Saúde (APASEMS) (1993), presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) (1994), Secretário de Estado da Saúde do Paraná (1995) presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) (1996) (*Idem*), Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de São José dos Pinhais-PR (2009-2011)⁵ e Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Sorocaba-SP (2013-2014). No município paulista foi formalmente questionado por um cidadão sorocabense sobre seu envolvimento num episódio “que teria ocorrido em 2000, uma suposta prática de apropriação indébita de verbas do Fundo Nacional de Saúde (FNS), proveniente do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Raggio refutou as acusações (CRUZEIRO DO SUL, 2013, [s/p]).

⁵ Em 2015 foi acusado de desvio de recursos públicos do município de São José dos Pinhais, na “Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Paraná (...) no intuito de nulificar 21 procedimentos de dispensa de licitação firmados com ‘Coopergs’, ‘BMJ’ e ‘Viva Saúde’ entre 2009 e 2011”, tendo seus bens bloqueados (LIMA, 2015, [s/p]).

Por fim, o campo político é fechado com a participação de Hitoshi Nakamura. Filiado ao Democratas (DEM) (FILIAÇÃO.COM, [s/d], [s/p]) e formado em Engenharia Agrônômica pela Faculdade de Agricultura da Universidade da Prefeitura de Osaka/Japão, Nakamura também é mestre em Paisagismo pela mesma instituição; na qual integrou o Grupo de Trabalho que analisou os efeitos da poluição sobre a arborização urbana daquela cidade (CVM, 1999, p. 14).

Com significativa atuação junto à comunidade japonesa do Paraná e coautor de diversos projetos ligados ao uso do solo e a questão ambiental, entre 1967 e 1969, na Prefeitura de Osaka, Nakamura iniciou a implantação do programa de desenvolvimento e sustentação com propostas ambientais dentro da Prefeitura Municipal de Curitiba em 1970⁶. Tal iniciativa o credenciou para os cargos de Secretário Municipal do Meio Ambiente de Curitiba (1989/1996) e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (1996/2000) (*Idem*).

A trajetória social de Nakamura apresenta algumas polêmicas. Em dezembro de 2013, foi condenado a devolver R\$ 1,5 milhão aos cofres públicos. O TCE-PR considerou irregulares os “gastos realizados no empreendimento ‘Portal Paisagístico e Complexo Paisagístico e Turístico de Foz do Iguaçu’, na gestão” de Nakamura na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos entre 1996 e 2000 (TCE-PR, 2013, [s/p]).

Em termos familiares é possível encontrar o nome da arquiteta Sandra Mayumi Nakamura⁷ que, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) (FILIAÇÃO.COM, [s/d] a, [s/p]) e sócia da empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. (CONSULTASOCIO.COM, [s/d] d, [s/p]), já prestou consultoria ambiental em diversos municípios brasileiros (COTRIM, 2014, [s/d]). Nesse sentido, a suposição de tradição familiar no setor ambiental é bem plausível.

No campo político, a presença junto aos níveis (municipal, estadual e federal) da burocracia estatal paranaense, seja por meio de relações institucionais via instituições políticas

⁶ Atuação destacada em iniciativas denominadas ambientalmente sustentáveis: “É dele o plano do estabelecimento de uma rede de ônibus na forma de uma teia de aranha, que liga as avenidas radiais com linhas de ligação e paradas dos veículos, que também servem como centros para coleta de lixo reciclável, onde é trocado por plantas” (YOKOTA, 2014, [s/p]).

⁷ Nas fontes pesquisadas não foi possível estabelecer, precisamente, o grau de parentesco entre Sandra e Hitoshi Nakamura.

(partidos, federações, sindicatos, associações, etc.) e/ou por meio de relações pessoais e/ou familiares, revela-se uma condição significativa para possibilidades de acúmulo de uma variedade de capitais. Nessa lógica, dos 11 agentes que ocuparam o cargo de conselheiro do CAd, 6 compõem o campo político e já assumiram secretarias de Estado no Paraná. As informações biográficas levantadas sobre esses 6 agentes evidencia a importância do campo político no CAd da SANEPAR entre 1998 e 2002.

O campo profissional completa o CAd da SANEPAR (1998/2002) com os conselheiros Hamilton Aparecido Gimenes e Carlos Afonso Teixeira de Freitas.

Hamilton Aparecido Gimenes é sindicalista, formado em Pedagogia pelo Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense e funcionário da SANEPAR desde 1983. Foi o conselheiro administrativo escolhido pelo corpo funcional da companhia, sendo reeleito para o cargo em 2003, 2008 e 2011 (SAEMAC, 2011, [s/p]).

Gimenes é dirigente da União das Associações de Empregados da SANEPAR (ASSESA). Em 2015 a ASSESA foi alvo de processo que elucidou “irregularidades na contratação” da associação “para o envase de água potável. Embalado em copos plásticos, o produto era distribuído gratuitamente a órgãos públicos, escolas e em eventos promovidos pelo Governo do Estado” (ZÉ BETO, 2015, [s/p]).

O conselheiro Carlos Afonso Teixeira de Freitas é natural de Curitiba-PR e funcionário de carreira na SANEPAR. Formou-se em Engenharia Civil pela UFPR, Engenharia Sanitarista pela USP e já exerceu os cargos de presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) - Seção Paraná (1981/1983) (1989/1993), diretor-presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE) (1996/1997) e coordenador geral da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) (1988/1989). Além de conselheiro do CAd da SANEPAR de 1998 a 2002, Freitas também acumulou o cargo de Diretor-Presidente da companhia no mesmo período. Ainda na SANEPAR, Freitas foi engenheiro do Setor de Projetos (1970), chefe da Divisão de Produção (1971/1973), superintendente de Operações (1973/1975), coordenador operacional (1975/1979), diretor de operações (1979), diretor técnico (1979/1983), gerente de desenvolvimento técnico (1985/1987) e Superintendente Administrativo (1987/1990) (CVM, 2001, p. 5).

Em 2001, Freitas foi inquirido por uma comissão investigativa instaurada na ALEP, cujo objetivo era esclarecer a atuação da Dominó Holdings S/A na SANEPAR, após o acordo de acionistas de 1998. Na ocasião admitiu que apenas o governo do Estado do Paraná fornecia bens em garantia de empréstimo para financiar obras da companhia. Diante da comissão da ALEP, as respostas de Freitas confirmam as intenções e o entendimento acerca dos representantes dos campos político e empresarial no CAD da SANEPAR; sobretudo em relação à abertura da companhia ao mercado financeiro e, conseqüentemente, ao fortalecimento da Dominó nas decisões administrativas da empresa mista paranaense.

Os conselheiros do CAD da SANEPAR presentes no período em questão apresentaram posições e trajetórias que indicam a significativa harmonia de seus respectivos campos sociais nas decisões da companhia sobre os rumos do planejamento, da implantação e da administração dos ofícios paranaenses de água e esgoto. Tais deliberações dizem respeito aos capitais mobilizados (políticos, econômicos, culturais, técnicos, acadêmicos, familiares, etc.) num contexto onde a importância e a necessidade desses serviços são elementos de um consenso historicamente construído (HOCHMAN, 1998).

Enquanto agentes sociais, os conselheiros do CAD da SANEPAR lançaram mão de *habitus* que configuraram a constante interlocução de seus valores e interesses com a ampla (e complexa estrutura) do campo AE. Nesse sentido, suas respectivas vidas sociais, relações familiares e carreiras profissionais são bem reveladoras.

É plausível concluir que [...] “a passagem por uma grande *école* (escola, universidade, centro de formação técnica, etc.) facilitam amplamente o acesso aos grupos dirigentes” (SAINT-MARTIN, 2008, p. 50). Diante de tal conjectura, “[...] as famílias mais ricas se caracterizam por uma «obsessão pela transmissão»; eles gerem com vigilância a educação, as alianças matrimoniais dos filhos, os espaços de residência e de encontro” (*Idem*, p. 57). São as escolas em sintonia com as famílias! Para irmos além do senso comum, essa harmonia só é compreendida enquanto tal, à medida que os agentes sociais envolvidos as concebiam como estruturas objetivas que contemplam suas diversas estratégias de conservação de posições nos complexos contextos de vivência social.

Portanto, “as trajetórias de mobilidade (ascendente ou descendente) ou de estagnação social, identificando modelos familiares de ascensão social pela via escolar e outros por aliança matrimonial” (SAINT-MARTIN *et al*, 2008, p. 140) formam um conjunto de variáveis que

auxiliam na identificação e na compreensão dos habitus dos conselheiros do CAD da SANEPAR, dos seus respectivos posicionamentos nos campos sociais a que pertencem e, conseqüentemente, das desigualdades reproduzidas.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ESTADO DO PARANÁ. “Fraude na Copel foi ao ar em rede nacional no Fantástico, da TV Globo”, 2008. Disponível em: <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=39843>>. Acesso em: 13/07/2017.

ARMINIO, J. I. “Varios directivos de Aqualia, imputados en el caso del 'escándalo del agua’”, 2009. Disponível em: <<http://www.eldiariomontanes.es/20090503/torrelavega/noticias/varios-directivos-aqualia-imputados-20090503.html>>. Acesso em: 10/10/2016.

ARRUDA, M. F. “A Justiça brasileira: a perplexidade provocada pela Justiça aviltada”, 2016. Disponível em: <<http://www.correiodobrasil.com.br/a-justica-brasileira-a-perplexidade-provocada-pela-justica-aviltada/>>. Acesso em: 16/10/2016.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO GERMÂNICA – AMIG. “Diretoria”, [s/d]. Disponível em: <<http://www.amigbrasil.org.br/Quem-Somos/Diretoria>>. Acesso em: 13/07/2017.

AUDICONTA ANGOLA. “Índice dos Diários da República de Angola – I Série – 2011”, 2013. Disponível em: <http://www.audiconta-angola.com/?page_id=995>. Acesso em: 12/10/2016.

BARROSO, L. R. “Saneamento básico: competências institucionais da União, estados e municípios”. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*. [s/l], [s/ed], 2007, ago./set./out., nº11, p.1-21.

BASILE, J. “Decisão do STJ impede reestatização da SANEPAR”, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1641763-9356,00.html>. Acesso em: 17/03/2018.

BENDLIN, A. C. “Ex-prefeito de Curitiba, Beto Richa (PSDB) é o novo governador do Paraná”, 2010. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/parana/ultimas-noticias/2010/10/03/ex-prefeito-de-curitiba-beto-richa-psdb-e-o-novo-governador-do-parana.jhtm>>. Acesso em: 29/03/2018.

BLOOMBERG. “Company Overview of Dominó Holdings S.A.”, 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=41541797>>. Acesso em: 29/03/2018.

BOREKI, V. “A Caximba em estado de graça”, 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-caximba-em-estado-de-graca-baq4kfdcu8xqwpdv272zdnim>>. Acesso em: 27/04/2017.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRESSER PEREIRA, L. C. “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção”. *Estudos Cebrap*. São Paulo, [s/ed], 1977, n° 20, abr/jun, p. 77-109.

CAMPANA, F. “Tudo o que Requião não quer que você saiba sobre o escândalo na Sanepar”, 2007. Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2007/06/tudo-o-que-requiao-nao-quer-que-voce-saiba-sobre-o-escandalo-na-sanepar/>>. Acesso em: 17/03/2018.

_____. “Andregueto na chefia de gabinete de Luciano Ducci”, 2011. Disponível em: <<http://www.fabiocampana.com.br/2011/01/andregueto-na-chefia-de-gabinete-de-luciano-ducci/>>. Acesso em: 27/04/2017.

CAMPOS, P. H. P. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2014.

CARNASCIALI, J. “O que se passa na sociedade”, 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/juril-carnasciali/o-que-se-passa-na-sociedade-3h99s3a8qx94rdofspvd0loi6>>. Acesso em: 17/07/2017.

CASTRO, E. “Presos denunciados no caso Copel/Adifea”, 2004. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/presos-denunciados-no-caso-copeladifea/>>. Acesso em: 13/07/2017.

_____. “MPF no Paraná denuncia 62 por crimes financeiros”, 2004 a. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/mpf-no-parana-denuncia-62-por-crimes-financeiros/>>. Acesso em: 11/10/2016.

COELHO, W. “Concordo com a ministra Dilma Rousseff: os americanos não são burros”, 2009. Disponível em: <http://www.blogdoporfirio.com/2009_07_01_archive.html>. Acesso em: 17/10/2016.

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS – CCR. “Governança Corporativa / Diretoria e Conselhos”, 2018. Disponível em: <<http://ri.ccr.com.br/pt-br/governanca-corporativa/diretoria-e-conselhos/>>. Acesso em: 04/04/2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. “IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS / Data-Base - 31/12/1998”, 1998. Disponível em: <[http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/9DF5CFCB98487930832572960046578C/\\$File/IAN1998.pdf?OpenElement](http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/9DF5CFCB98487930832572960046578C/$File/IAN1998.pdf?OpenElement); acesso em 04: <[http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/4B4BD89BEEACD5708325729600465883/\\$File/IAN1999.pdf?OpenElement](http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/4B4BD89BEEACD5708325729600465883/$File/IAN1999.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 09/09/2016.

_____. “IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS / Data-Base - 31/12/2000”, 2000. Disponível em: <https://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/investidores_rel_ian_dfp_itr/ian-dfp-itr/rel_IAN2000-12-30.pdf>. Acesso em: 13/07/2017.

_____. “IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS / Data-Base - 31/12/2001”, 2001. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/investidores_rel_ian_dfp_itr/ian-dfp-itr/rel_IAN2001-12-30.pdf>. Acesso em: 20/04/2018.

_____. “IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS / Data-Base - 31/12/2002”, 2002. Disponível em: <[http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/ABF593B2D91E80298325729600465B3F/\\$File/IAN2002.pdf?OpenElement](http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/ABF593B2D91E80298325729600465B3F/$File/IAN2002.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 27/04/2017.

_____. “PROCESSO: CVM Nº RJ 2001/11250 (RC Nº 3889/2002)”, 2002 a. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3889-0.pdf>>. Acesso em: 17/07/2017.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR. “Sem medo de defender o interesse público”, 2003. Disponível em: <[http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/48E08D0BEF31E0B983257036006BD6AF/\\$File/COMUNICADO090704.pdf?OpenElement](http://www.sanepar.com.br/sanepar/calandrakbx/filesmng.nsf/48E08D0BEF31E0B983257036006BD6AF/$File/COMUNICADO090704.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 15/03/2018.

_____. “Estatuto social consolidado”, 2012. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/perfil_investidores_2012/estatuto_social_26032014.pdf>. Acesso em: 15/03/2018.

_____. “Meio século de saneamento no Paraná”, 2013. Disponível em: <<http://site.sanepar.com.br/noticias/meio-seculo-de-historia-do-saneamento-no-parana>>. Acesso em: 15/03/2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE GOLFE. “Giovani Gionedis Filho”, [s/d]. Disponível em: <<https://cbg.bluegolf.com/bluegolf/cbg16/event/cbg1611/contest/1/profile/ggionedisfil/tresults.htm>>. Acesso em: 09/07/2017.

CONSULTASOCIO.COM. “Ingo Henrique Hübert”, [s/d]. Disponível em: <<https://www.consultasocio.com/q/sa/ingo-henrique-hubert>>. Acesso em: 20/04/2018.

_____. “Giovani Gionedis”, [s/d] a. Disponível em: <<http://www.consultasocio.com/q/sa/giovani-gionedis>>. Acesso em: 08/11/2016.

_____. “Louise Rainer Pereira Gionedis”, [s/d] b. Disponível em: <<http://www.consultasocio.com/q/sa/louise-rainer-pereira-gionedis>>. Acesso em: 08/11/2016.

_____. “Giovani Gionedis Filho”, [s/d] c. Disponível em: <<http://www.consultasocio.com/q/sa/giovani-gionedis-filho>>. Acesso em: 08/11/2016.

_____. “Sandra Mayumi Nakamura”, [s/d] d. Disponível em: <<http://www.consultasocio.com/q/sa/sandra-mayumi-nakamura>>. Acesso em: 16/07/2017.

COTRIM, M. J. “Secretaria de Meio Ambiente faz contrato milionário de consultoria Estado faz licitação para medicamentos e serviços laboratoriais”, 2014. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2014/11/14/secretaria-de-meio-ambiente-faz-contrato-milionario-de-consultoria-estado-faz-licitacao-para-medicamentos-e-servicos-laboratoriais>>. Acesso em: 16/07/2017.

CRUZEIRO DO SUL. “MPF recebe denúncias contra o secretário municipal de Saúde”, 2013. Disponível em: <<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/496146/mpf-recebe-denuncias-contra-o-secretario-municipal-da-saude>>. Acesso em: 15/10/2016.

DEPUTADO ESTADUAL NELSON JUSTUS. “Nelson Justus participa da Posse do novo Secretário de Administração de Guaratuba, Roberto Cordeiro Justus”, 2015. Disponível em: <<http://www.nelsonjustus.com.br/index.php?Secao=Nelson.Mostra&news=1178>>. Acesso em: 09/07/2017.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ESCAVADOR. “Armando Martinho Bardou Raggio”, 2018. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1190152/armando-martinho-bardou-raggio>>. Acesso em: 20/04/2018.

FACEBOOK. “Andreas Martin Hübert”, [s/d]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/andreas.huebert>>. Acesso em: 17/07/2017.

_____. “Carlos Andreguetto”, [s/d] a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/carlos.andreguetto.7>>. Acesso em: 27/04/2017.

_____. “Monica Utri”, [s/d] b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/monica.utri>>. Acesso em: 27/04/2017.

_____. “Rafael Andreguetto”, [s/d] c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/rafael.andreguetto?pnref=lhc>>. Acesso em: 27/04/2017.

_____. “Luciana Gandra Andreguetto”, [s/d] d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/luciana.gandra.9>>. Acesso em: 27/04/2017.

FAORO, R. *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO DO PARANÁ – FETEC-PR. “Investigação organiza banco de dados contra o crime organizado”, 2003. Disponível em: <<http://www.fetecpr.org.br/investigacao-organiza-banco-de-dados-contra-o-crime-organizado/>>. Acesso em: 11/10/2016.

FÉLIX, R. “Empresário é condenado no caso Copel-Adifea”, 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/empresario-e-condenado-no-caso-copel-adifea-bg4kpz8ldij5uolzcs9v9qvi>>. Acesso em: 13/07/2017.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real - Fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Biotempo Editorial, 2000.

FILIAÇÃO.COM. “HITOSHI NAKAMURA é filiado[a] ao DEM - DEMOCRATAS desde 01/10/1997 na cidade de CURITIBA - PR (zona/seção: 177 - 79)”, [s/d]. Disponível em: <https://filiacao.com/filiado/_perfil/dados/PR/000761940604>. Acesso em: 16/07/2017.

_____. “SANDRA MAYUMI NAKAMURA é filiado[a] ao PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA desde 04/01/1994 na cidade de CURITIBA - PR (zona/seção: 177 - 79)”, [s/d] a. Disponível em: <https://filiacao.com/filiado/_perfil/dados/PR/062016930680>. Acesso em: 16/07/2017.

FOLHA ONLINE. “Roberto Requião segue no governo do Paraná; veja perfil”, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86084.shtml>>. Acesso em: 23/03/2018.

GERON, V. “Autuações fiscais do Caso Banestado chegam a R\$ 8,3 bilhões”, 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/autuacoes-fiscais-do-caso-banestado-chegam-a-r-83-bilhoes-eb0no3kch70qb6y36s9lydf0u>>. Acesso em: 20/04/2018.

HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

LABACHE, L.; SAINT-MARTIN, M. “Fronteiras, trajetórias e experiências de ruptura”. *Educação e Sociedade*. Campinas, [s/ed], 2008, vol 29, nº 103, mai/ago, p. 333-354.

LAGINSKI, F. “Saneamento básico está estagnado”, 2009. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/saneamento-basico-esta-estagnado/>>. Acesso em: 29/03/2018.

LIMA, C. “Ex-prefeito Ivan sofre dois bloqueios judiciais”, 2015. Disponível em: <<http://www.cristianolima.com/2015/10/ex-prefeito-ivan-sofre-dois-bloqueios-judiciais/>>. Acesso em: 15/10/2016.

MARIANI, E. J. “A trajetória da implantação do neoliberalismo”. *Revista Urutágua*. Maringá, UEM, 2007, nº 13, ago/set/out/nov, p.1-7.

MARQUES, E. C. “Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Hucitec, 2009, out., vol. 14, nº 41, p. 45-67.

MATOS, H. *Capital social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.

MATOS, S. T. S. “Os conceitos primeiros de neoliberalismo”. *Mediações*. Londrina, UEL, 2008, v. 13, n.1-2, jan/jun e jul/dez, p. 192-213.

MEU CONGRESSO NACIONAL. “Candidatos Eleições 2014”, 2014. Disponível em: <<http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/empresa/WZGJHLHLGIX>>. Acesso em: 08/11/2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. “RELATÓRIO / Operação Sinapse”, 2013. Disponível em: <Disponível em: <https://pt.slideshare.net/arykara7002/relatorio-sinapse>>. Acesso em: 27/04/2017.

MORAIS, E. “Vice de Greca será do PSB”, 2016. Disponível em: <<http://www.esmaelmoraes.com.br/2016/07/vice-de-greca-sera-do-psb/>>. Acesso em: 27/04/2017.

OLIVEIRA, M. R. “Grupos políticos dominantes e políticas públicas: um estudo sobre o corpo administrativo da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) entre 2003 e 2014”. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, 2016, v. 2, nº 2, p. 415-432.

_____. “A família Peretti Gurtenssten: indicativos para uma pesquisa sobre empresariado e política paranaense”. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, 2016 a, v. 2, n° 2, p. 81-88.

OLIVEIRA, R. C. “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007”. *Sociologias*. Porto Alegre, UFRGS, 2007, jun/dez, n.18, pp.150-169.

_____. *Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Curitiba: Insigth, 2012.

PARANÁ. *Decreto nº 458, de 28 de março de 2007*. Nomeação de Christiano Osvaldo Andreguetto, para o cargo de assistente técnico, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, e exoneração de Fante de Souza Farias, 2007. Disponível em: <<http://www.leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-458-2007-parana-nomeacao-de-christiano-osvaldo-andreguetto-para-o-cargo-de-assistente-tecnico-da-secretaria-de-estado-da-agricultura-e-do-abastecimento-seab-e-exoneracao-de-fante-de-souza-farias>>. Acesso em: 27/04/2017.

PAULA, J. “Requião quer fechar a Sanepar e abrir estatal para o setor”, 2009. Disponível em: <<http://joaquimdepaula.com.br/index.php/2009/07/requiao-quer-fechar-a-sanepar-e-abrir-estatal-para-o-setor/>>. Acesso em: 23/03/2018.

PEREIRA, R. “Justiça condena Giovani Gionédís a 4 anos e meio de prisão”, 2008. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/justica-condena-giovani-gionedis-a-4-anos-e-meio-de-prisao/>>. Acesso em: 10/07/2017.

PEREIRA, F. M.; OLIVEIRA, M. R. “Estruturas familiares na Prefeitura Municipal de Curitiba: uma prosopografia do secretariado de primeiro escalão do governo de Rafael Greca de Macedo no início de 2017”. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, 2017, v.3, n.1, p. 238-267.

PEREIRA GIONÉDIS ADVOGADOS. “Giovani Gionédís”, [s/d]. Disponível em: <<http://www.pereiragionedis.com.br/advogado.php?adv=98>>. Acesso em: 23/04/2018.

RCL. “Rafael Andreguetto”, [s/d]. Disponível em: <<http://www.rclplanejamento.com.br/rafael-andreguetto/>>. Acesso em: 27/04/2017.

RADAR OFICIAL. “Diário PR - Tribunal de Justiça”, 2014. Disponível em: <<http://www.radaroficial.com.br/d/6356314003341312>>. Acesso em: 22/01/2017.

RIBEIRO, J. W.; ROOKE, J. M. S. *Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde*. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Especialização em Análise Ambiental. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

RIGOLON, F.; GIAMBIAGI, F. “A Renegociação das Dívidas e o Regime Fiscal dos Estados”. In: *A economia brasileira nos anos 90* / organizadores Fábio Giambiagi, Maurício Mesquita Moreira. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

SAINT-MARTIN, M. “Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França”. *TOMO*. Aracaju, UFS, 2008, jul/dez, nº 13, p. 43-73.

_____. ROCHA, D.C.; HEREDIA, M. “Trocas intergeracionais e fronteiras sociais na França”. *Tempo Social*. São Paulo, USP, 2008, jun, vol 20, nº 1, p. 135-162.

SANTOS, I. “Requião perde mais uma na briga com o Dominó”, 2007. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/47432/requiao-perde-mais-uma-na-briga-com-o-dominio>>. Acesso em: 17/03/2018.

SCHUSTER, Z. L. L. *Sanepar ano30: resgate da memória do saneamento básico do Paraná*. Curitiba: Logos Press, 1994.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SANEAMENTO – SAEMAC. “Companheiro Hamilton continua no CAD”, 2011. Disponível em: <<http://saemac.blogspot.com.br/2011/04/companheiro-hamilton-continua-no-cad.html>>. Acesso em: 16/07/2017.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira – ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

THIRY-CHERQUES, H. R. “Pierre Bourdieu: a teoria na prática”. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 2006, vol.40, n.1, pp.27-53.

TRIBUNA DO PARANÁ. “AL aprova, por unanimidade, fim do pacto de acionistas da Sanepar”, 2005. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/al-aprova-por-unanimidade-fim-do-pacto-de-acionistas-da-sanepar/>>. Acesso em: 29/03/2018.

_____. “FALECIMENTOS DO DIA (02/04/2017)”, 2017. Disponível em <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/falecimentos/falecimentos-02042017/>>. Acesso em: 27/04/2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – TCE-PR. “Ex-secretário Hitoshi Nakamura terá de devolver R\$ 1,5 milhão, confirma TCE”, 2013. Disponível em: <[http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/ex-secretario-hitoshi-nakamura-tera-de-devolver-r\\$-15-milhao-confirma-tce/2278/N](http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/ex-secretario-hitoshi-nakamura-tera-de-devolver-r$-15-milhao-confirma-tce/2278/N)>. Acesso em: 12/10/2016.

VALOR ONLINE. “Moody’s coloca em observação ratings da Copel, CEB, Sanepar e Cemig”, 2002. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/300451/moody%C2%B4s-coloca-em-observacao-ratings-da-copel-ceb-sanepar-e-cemig>>. Acesso em: 29/03/2018.

_____. “Sanepar adia oferta global de ações preferenciais”, 2002 a. Disponível em <<http://www.valor.com.br/arquivo/283663/sanepar-adia-oferta-global-de-acoes-preferenciais>>. Acesso em: 29/03/2018.

XAVIER, P. H. “Acordo de acionistas e o princípio da indisponibilidade”, 2002. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/acordo-de-acionistas-e-o-principio-da-indisponibilidade/>>. Acesso em: 29/03/2018.

YOKOTA, P. “Um Japonês Contribuindo Para o Verde de Curitiba”, 2014. Disponível em: <<http://www.asiacomentada.com.br/2014/06/um-japons-contribuindo-para-o-verde-de-curitiba/>>. acesso em 12/10/2016.

ZÉ BETO. “Sanepar fez contrato irregular para o envase de água em copos”, 2015. Disponível em: <<http://www.zebeto.com.br/agua-contaminada/#.WA7zkeUrLIU>>. Acesso em: 25/10/2016.